

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Relator já projeta três mudanças no projeto de privatização da Eletrobrás	8
Título: Eletrobrás e Petrobras aceleram negociações sobre a Amazonas	19

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás veta encontro a sós com políticos.....	2
Título: Chavistas usaram crise para desviar milhões da PDVSA.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Companhia chinesa poderá pagar mais R\$ 2 bi por CPFL.....	5
Título: Petrobras veta encontro de político e funcionário sem uma testemunha.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: O périplo da Eletrobrás	8
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Relator já projeta três mudanças no projeto de privatização da Eletrobrás.....	8
Título: Avanço da proposta explica calma no mercado financeiro	10
Título: Uma chance para a navegação verde	11
Título: CVM rejeita oferta da State Grid e pede novo preço para Renováveis.....	14

Título: Caso CPFL pode definir novo limite de atuação para CVM.....	17
Título: Eletrobrás e Petrobras aceleram negociações sobre a Amazonas	19
Título: Produção de petróleo da estatal no país cai em janeiro	21
Título: Eletrobrás toca máximas históricas de olho em avanço de privatização	22

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás veta encontro a sós com políticos

Novo código de conduta da estatal proíbe que empregados se reúnam com agentes públicos sem a presença de outro representante da empresa.

A Petrobrás proibiu seus empregados de se reunirem com políticos sem a presença de ao menos outro funcionário da empresa. A exigência, prevista no código interno de conduta, vale para qualquer representante do poder público, ainda que o encontro seja com um senador, deputado federal ou governador, entre outros. Apenas um gerente executivo, cargo logo abaixo da diretoria, pode autorizar o contrário. Mesmo assim, precisará de bons argumentos. As regras fazem parte do código de conduta da empresa.

Ele foi criado para evitar novos episódios de corrupção, como os apurados na Operação Lava Jato, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Além de exigir que ao menos dois funcionários participem dos encontros com políticos, a Petrobrás determina que essas reuniões sejam documentadas. O objetivo é possibilitar que, se necessário, esses encontros sejam rastreados.

Ao todo, a petrolífera enumerou sete procedimentos que devem ser adotados pelos seus empregados nas relações com o poder público. Quatro deles dizem respeito a agentes que fiscalizam sua atividade, e os outros três, ao contato com políticos. O documento foi aprovado pelo conselho de administração da empresa em dezembro de 2016. A aprovação ocorreu pouco mais de um ano após o ex-diretor Paulo Roberto Costa, em delação premiada, revelar os primeiros detalhes do esquema de corrupção na estatal.

Anteontem, a empresa registrou o código de conduta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a xerife do mercado financeiro. Assim, cumpriu mais uma das exigências de aprovação no nível 2 da Bolsa de Valores, a Bovespa. As regras reunidas no documento foram definidas no primeiro ano da gestão do presidente da estatal, Pedro Parente. Fazem parte do projeto de superação da crise financeira e de recuperação da imagem da estatal.

"A interação com agentes políticos (quais sejam, governadores, prefeitos e respectivos vices, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) deve ser realizada na presença de, no mínimo, dois representantes da companhia, salvo autorização prévia e fundamentada de superior hierárquico, que deverá ser no mínimo o respectivo gerente executivo ou equivalente", diz o código. O texto determina ainda que os funcionários não ocultem, alterem ou destruam "documentos, informações ou registros da companhia que estejam sob investigação oficial".

E pede aos empregados que não tenham "expectativa de privacidade" ao usarem os equipamentos da empresa. Escândalo. O esquema de corrupção revelado na Operação Lava Jato envolveu funcionários, políticos e empresários, com a intermediação de operadores externos. Obras bilionárias, como a do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), foram superfaturadas para cobrir o pagamento de propinas e permitir o desvio de dinheiro público. Partidos, como PT, PMDB e PP, indicaram diretores que acabaram envolvidos no escândalo. Quatro ex-diretores da estatal chegaram a ser presos. Dois deles, Jorge Zelada, da área Internacional, e Renato Duque, de Serviços, continuam detidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor: Jamil Chade

Título: Chavistas usaram crise para desviar milhões da PDVSA

Documentos mostram que funcionários cobravam propina de empresários que queriam receber da estatal.

No dia 29 de fevereiro de 2012, o executivo de uma empresa estrangeira escreveu para o representante do regime chavista: "Os doces serão entregues hoje". Os "doces" eram propinas para manter negócios com a PDVSA, a estatal do petróleo da Venezuela. O dinheiro seria entregue a um parente de César Rincón, funcionário de alto escalão do governo de Hugo Chávez. No mesmo dia, US\$ 150 mil cairiam na conta de Rincón. Para justificar a transação, um recibo fraudulento foi emitido com a justificativa: "assistência técnica".

Os detalhes do esquema de corrupção estão em gravações telefônicas e interceptações de e-mails que fazem parte do indiciamento de cinco venezuelanos, acusados pelo Departamento de Justiça dos EUA de terem desviado milhões da PDVSA. Quatro deles – Luis Carlos León Pérez, Nervis Villalobos Cárdenas, César Rincón e Rafael Muñoz – foram presos na Espanha, em outubro, e extraditados para os EUA. O quinto indiciado, Alejandro Istúriz Chiesa, continua foragido. Os documentos revelam que o grupo usou a crise econômica para transferir dinheiro para paraísos fiscais.

Os cinco chavistas eram pessoas influentes no regime. Três deles – Villalobos, León e Istúriz – faziam parte do que os promotores americanos chamaram de "time da administração da estatal". Alto escalão. Villalobos era homem de confiança de Chávez e vice-ministro de Energia. Muñoz era chefe de segurança de um departamento chamado "prevenção de perdas". Istúriz foi homem-chave na Bariven, subsidiária da PDVSA responsável pela compra de equipamentos e máquinas usadas na extração. Todos cobravam subornos de companhias que tinham negócios com a estatal.

No entanto, em vez de cobrar para fechar contratos apenas, o esquema se concentrava em tirar proveito da crise. Segundo a investigação, os cinco sugeriam aos fornecedores que sofriam repetidos calotes que eles teriam prioridade no pagamento de suas dívidas se subornassem a direção da empresa. Em alguns casos, para receber da PDVSA, a era preciso deixar 10% do valor do contrato para os executivos da estatal.

No total, o esquema permitiu que milhões de dólares desaparecessem em contas sigilosas na Suíça, Curaçau e outros paraísos fiscais. Apenas em uma única conta suíça foram transferidos US\$ 27 milhões para a gerência da PDVSA. Os documentos mostram dezenas de mensagens entre os executivos da estatal e empresários. Em 10 de outubro de 2011, por exemplo, após ser subornado, Istúriz enviou um recado a um empresário: a estatal havia saldado dívidas de US\$ 2,5 milhões e de US\$ 6,9 milhões. Paraísos fiscais.

A investigação constatou que o grupo tentou esconder a rota do dinheiro com "transações financeiras complexas" e pagamentos em nome de funcionários, empresas, intermediários, amigos e parentes. Há pelo menos nove contas na Suíça e uma em Curaçau identificadas. Os chavistas, porém, não agiram sozinhos. De acordo com os investigadores, um "banqueiro suíço" colaborou para "abrir contas bancárias para funcionários da PDVSA receberem as propinas" – o banqueiro não teve seu nome revelado. Essa não é a primeira vez que dinheiro venezuelano é identificado na Suíça. Em 2016, a Justiça americana encontrou 18 contas com cerca de US\$ 110 milhões em contas sigilosas em Genebra. No ano passado, os suíços repatriaram ao Tesouro americano US\$ 51 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: TAIS HIRATA - DE SÃO PAULO****Título: Companhia chinesa poderá pagar mais R\$ 2 bi por CPFL**

CVM determina que State Grid aumente valor de ações da subsidiária de energia renovável; empresa vai recorrer

Acionistas minoritários questionaram preço; órgão publicou decisão em comunicado, nesta quarta-feira (21)

Uma das maiores aquisições recentes do setor elétrico, a compra da CPFL pela chinesa State Grid, poderá ter um valor ainda mais elevado.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) rejeitou o preço oferecido pela companhia chinesa à CPFL Energias Renováveis, subsidiária do grupo CPFL Energia.

O valor, de R\$ 12,2 por ação, foi apresentado em uma OPA (oferta pública de aquisições de ações) — processo que era obrigatório para dar a oportunidade aos acionistas minoritários de escolherem se permaneceriam no negócio com a nova controladora.

O grupo de acionistas, porém, questionou o preço proposto na CVM.

O órgão atendeu ao requerimento e avaliou que o valor deveria ser de, no mínimo, R\$ 16,69 e, no máximo, R\$ 20,48, segundo cinco diferentes cálculos feitos pela comissão, com metodologias variadas.

Com a decisão, a State Grid terá de desembolsar entre R\$ 1,09 bilhão e R\$ 2,02 bilhões a mais para comprar os 48,4% da CPFL Energias Renováveis ainda sob controle de outros acionistas, como os fundos Pátria, o Arrow, o banco BTG Pactual, entre outros.

A empresa chinesa e a CPFL afirmaram, por meio de comunicado ao mercado, que a State Grid vai recorrer. Procuradas, as empresas não quiseram comentar.

AQUISIÇÃO BILIONÁRIA

O grupo chinês concluiu a compra de 54,64% da CPFL Energia (controladora da subsidiária de renováveis) em janeiro de 2017, adquirindo a parcela da Camargo Corrêa e de fundos de pensão.

O valor total pago pelo grupo foi de cerca de R\$ 14,19 bilhões — R\$ 25,51 por ação, com um prêmio de 29%/o em relação ao preço da ação no dia. O valor de R\$ 12,2 por ação, pela CPFL Renováveis, por sua vez, representou um desconto de 6%/o.

Essa diferença é que levou à reclamação dos acionistas minoritários, que alegam que a chinesa deu tratamento desigual aos acionistas da controladora e da subsidiária. Os minoritários também rechaçaram a metodologia apresentada pela State Grid — e, segundo um representante a par da operação, a própria CVM fez críticas ao cálculo.

A conta apresentada pela chinesa se baseava na geração de caixa das empresas no momento da oferta, o que não levaria em conta o potencial de crescimento da CPFL Energias Renováveis. A subsidiária tinha parcela considerável de ativos ainda em fase pré-operacional e, além disso, sua atividade tem uma curva de crescimento maior do que uma empresa de distribuição, como é o caso da controladora, argumentam os minoritários.

A avaliação das empresas é que dificilmente o colegiado da CVM reverterá a decisão, por causa do tom contundente do ofício.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Título: Petrobras veta encontro de político e funcionário sem uma testemunha

Código de conduta foi protocolado na CVM na terça para cumprir regras de adesão na Bolsa

Medida foi tomada para tentar evitar novos casos de corrupção como os investigados pela Lava Jato

Com o objetivo de tentar evitar casos de corrupção como os investigados pela Operação Lava Jato, a Petrobras proibiu seus empregados de se encontrarem com políticos sem testemunhas. Reuniões com agentes públicos precisam ter ao menos dois funcionários da companhia.

A medida faz parte do código de conduta dos empregados da companhia, protocolado na terça-feira (20) na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

"A interação com agentes políticos (quais sejam, governadores, prefeitos e respectivos vices, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) deve ser realizada na presença de, no mínimo, dois representantes da companhia, salvo autorização prévia", diz o texto.

O código determina também que os contatos com agentes públicos devem respeitar procedimentos de transparência, com o uso de meios formais e documentos para a manifestação sobre os temas discutidos e de mecanismos que permitam rastrear as interações.

Os termos foram aprovados pelo conselho de administração da companhia em dezembro de 2016 e publicados na terça em cumprimento a regras de adesão ao nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que exige requisitos de governança mais específicos.

O documento traz também restrições a encontros com fornecedores. Visitas a empresas contratadas só podem ser realizadas com autorização superior e na companhia de outro empregado. Reuniões com fornecedores também não poderão ser realizadas sem ao menos a presença de uma testemunha.

Segundo o Ministério Público Federal, o esquema de corrupção investigado pela Lava Jato envolveu braços políticos e braços empresariais.

A agenda pública do presidente da estatal, Pedro Parente, mostra 11 encontros com governadores, dois com deputados e quatro com prefeitos desde que ele assumiu a empresa, em junho de 2016.

A Petrobras diz que havia outros empregados da empresa em todos esses encontros e que não há denúncias de descumprimento das regras por outros empregados.

Outros executivos cujas agendas públicas mostram reuniões com políticos foram o diretor de Refino e Gás, Jorge Celestino, o de Assuntos Corporativos, Eberaldo de Almeida Neto, e o de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia, Hugo Repsold. Apenas este último divulga, em todos os casos, quem são os colegas que participam dos encontros com ele.

INGERÊNCIA

A revisão do código de conduta faz parte de uma série de medidas adotadas pela estatal para tentar evitar ingerência política em suas decisões empresariais.

No fim de 2017, a Petrobras aprovou em seu novo estatuto cláusulas que determinam a cobrança, junto ao governo, de eventuais prejuízos causados por ingerência em suas decisões de negócio, como segurar os preços da gasolina ou investir em projetos deficitários. Perdas deverão ser cobradas da União.

A mudança teve como objetivo tentar blindar a política de preços da empresa, que impede a venda de combustíveis a preços abaixo do mercado internacional.

Entre 2011 e 2014, a defasagem dos preços e projetos deficitários provocaram perdas de R\$ 90 bilhões à área de refino da estatal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: O périplo da Eletrobrás

Brasília-DF

Rodrigo Maia pode até reclamar do pacote das 15 medidas anunciadas pelo governo para tentar segurar a melhoria do ambiente econômico, mas já recebeu alerta de que algo precisa ser feito. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, por exemplo, foi dizer a ele que, sem privatização e sem dinheiro, a tendência é a empresa encolher. O número mais explorado por Ferreira Júnior é o de que a empresa terá que investir R\$ 50 bilhões nos próximos cinco anos apenas para manter sua posição no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Relator já projeta três mudanças no projeto de privatização da Eletrobrás

Futuro relator do projeto de privatização da Eletrobrás, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) afirmou que prevê pelo menos três ajustes na proposta do governo para privatizar a estatal: a criação de agência para coordenar os projetos voltados para a revitalização do rio São Francisco, aumentar os repasses para a transposição do rio e dar novo tratamento ao centro de pesquisa da empresa, o Cepel.

Para Aleluia, a criação da agência para gestão dos recursos que serão destinados ao rio São Francisco tende a assegurar o apoio de governadores e deputados do Nordeste à aprovação do projeto. Ele ressaltou no entanto que não se trata de um "prêmio". "Essa agência vai orquestrar os trabalhos das agências estaduais no sentido de revitalizar o rio", disse.

Ex-presidente da Companhia Hidroelétrica São Francisco (Chesf), Aleluia disse ainda que aumentará o valor que seria repassado para obras na região - R\$ 9 bilhões na proposta original do governo. "Será muito mais do que isso", afirmou. Conforme o **Valor** mostrou, o governo já sinalizou nos bastidores que aceita chegar a até R\$ 15 bilhões.

A agência que faria a gestão dos recursos do São Francisco seria mantida com dinheiro da privatização, sem novos aportes do Tesouro Nacional. Seria, segundo o relator, uma gestão privada, mas que trabalhe pelo interesse público, estrutura semelhante ao Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aleluia participou ontem de reunião com o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ficou acertado no encontro, segundo o relator, que a comissão especial da Câmara que discutirá o projeto de privatização será instalada assim que 18 integrantes tiverem sido indicados para as 35 vagas de titulares.

Maia não esperaria, portanto, que os partidos de oposição fizessem a indicação de seus representantes. O problema é que nem os partidos da base do governo estão indicando rapidamente os integrantes.

Na base, apenas DEM, PR, PRB e SD já indicaram seus representantes. O MDB, partido do presidente Michel Temer, só oficializou o nome do deputado Hugo Motta (PB), que será o presidente da comissão. Das 35 vagas, só 9 estavam preenchidas até a noite de ontem "Vai ficar para a próxima semana", disse Aleluia, sobre a instalação da comissão.

Nota publicada pelo "Blog do Noblat", da revista "Veja" com um relato da reunião, e que dizia que o presidente da Câmara dos Deputados teria afirmado que o governo "não tem e não terá" os votos para aprovar a privatização, foi apontado como responsável por derrubar em 2% as ações da estatal. A informação foi desmentida por Maia e pelo relator no fim da tarde.

"Havia boatos de que o Aleluia só queria votar o projeto depois da eleição. Perguntei: 'Vamos votar quando? Até 15 de abril?'. Ele me respondeu: 'Pode, acho que dá'. Aí ele deu uma entrevista dizendo que vota até 15 de abril. Isso é o que? É porque tem voto", disse Maia ao **Valor**.

"Falei com ele [Rodrigo Maia] depois da reunião, que me disse que está tudo certo para a votar em abril", disse o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Avanço da proposta explica calma no mercado financeiro

A situação externa ainda favorável e uma percepção de que agendas como a privatização da Eletrobrás têm mais chances de avançar são fatores que explicariam a calma do mercado financeiro brasileiro após a confirmação de que a reforma da Previdência foi abandonada, segundo integrantes da equipe econômica ouvidos pelo **Valor**.

De acordo com um dos interlocutores, o mercado brasileiro, em especial o de ações, é muito ligado ao comportamento das principais praças internacionais e com seus pares emergentes. Recentemente, técnicos do governo fizeram levantamento sobre as principais bolsas globais e a brasileira, e o resultado corrobora o raciocínio.

Outra fonte concorda com o peso internacional, mas ressalta que o mercado brasileiro, em especial o de juros, tem desempenho levemente melhor que de vários emergentes, o que indica que fatores domésticos estão pesando. Nesse sentido, esse interlocutor ressalta que o mercado já não contava mais com a reforma e que a desistência do governo aumentou as chances de projetos como a privatização da Eletrobrás e temas como o cadastro positivo avançarem entre os parlamentares.

A visão é que, ainda que não compensem o impacto que a reforma previdenciária teria sobre as expectativas e sobre a situação fiscal de longo prazo do país, nesse ambiente externo mais tranquilo, há uma tendência de os investidores olharem mais os aspectos positivos do Brasil, como a retomada mais firme do crescimento e a possibilidade de avanço dessa outra agenda.

A calma (ou melhor, otimismo) do mercado contradiz a visão catastrofista que parte do governo vinha apresentando como cenário que se materializaria, caso o Congresso não aprovasse a reforma da Previdência. Por exemplo, mesmo com a probabilidade já bastante remota de aprovação dessa proposta de emenda constitucional, o Ministério do Planejamento apresentou estudo dizendo que a não aprovação da medida poderia fazer disparar o risco-país e levar à perda de dois pontos percentuais do PIB neste ano, ou seja, o crescimento de 3% cairia para 1%.

Até agora não se viu nada no mercado que remotamente corrobore esse cenário, contestado dentro do próprio governo.

Já o cenário do Ministério da Fazenda em relação aos impactos da aprovação ou não aprovação da reforma era mais moderado. No fim do ano passado, a pasta comandada pelo ministro Henrique Meirelles considerava que o mercado tinha precificado em apenas um terço a chance de avanço da reforma e em dois terços a probabilidade de não avançar. Dessa forma, o canal financeiro retiraria 0,15 ponto percentual do PIB de 2018, caso se confirmasse o mais provável cenário de não aprovação, o que ocorreu nesta semana.

Mesmo esse cenário mais realista agora se torna discutível, dado que o mercado seguiu positivo após o governo jogar a toalha da reforma e apresentar um plano B que na prática, tirando a proposta de autonomia do Banco Central, já era conhecido.

Apesar disso, o governo continua defendendo que a reforma é necessária para garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo do país e uma hora esse assunto pode gerar nervosismo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Ana Toni e Natallie Unterstell

Título: Uma chance para a navegação verde

Em 2018, a Organização Marítima Internacional (OMI) tomará uma importante decisão econômica e ambiental. Em Londres, no mês de abril, será batido o martelo sobre a redução de gases de efeito estufa dos navios. Muitos consideram que este será "o acordo climático do ano".

Em tendência contrária às metas do Acordo de Paris, as taxas de crescimento das emissões da indústria da navegação marítimas devem crescer entre 50% e 250% até 2050. Mudar esta tendência é fundamental.

Outros segmentos - como a aviação civil internacional - já se movimentam para mudar seus padrões ambientais. A navegação marítima internacional, porém, ainda não demonstrou compromisso de longo prazo com a redução de suas emissões de gases de efeito estufa.

A OMI está discutindo tanto a melhoria da eficiência energética quanto o emprego de combustíveis mais limpos. Outra das opções aventadas é o comércio das emissões. Nenhuma destas medidas, sozinha, dará conta da curva

ascendente de emissões da navegação. É preciso combiná-las para gerar um resultado mais ambicioso e duradouro.

O que o Brasil tem a ver com isso? Nosso país é isolado na geografia marítima. Estamos no fim das rotas de navegação e, por isso, os navios gastam mais combustível para chegar à nossa imensa costa. Ademais, nossos portos são dos menos eficientes em termos de tempo, tanto para atracar, quanto para descarregar e carregar mercadorias. Mais tempo gasto nestas operações significa mais combustível sendo queimado e, portanto, mais poluição.

Há viabilidade técnica para o uso tanto de etanol quanto de metanol em motores diesel marítimos - e o Brasil tem a experiência maior que a de qualquer outro para produzir combustíveis à base de etanol que possam ser utilizados na infraestrutura existente de tanques de armazenamento terrestre e naval. Mas até o momento não temos uma estratégia de desenvolvimento tecnológico nesse sentido.

As exportações brasileiras, majoritariamente de baixo valor agregado, estão entre as mais impactadas por potenciais aumentos no custo do frete marítimo, em especial o minério de ferro exportado para a China, que sofre concorrência do minério australiano. Não fossem estas desvantagens competitivas, a negociação na OMI talvez tivesse pouca relevância para nossa economia.

Temos hoje somente algumas dezenas de embarcações registradas com a bandeira brasileira. É muito pouco perto de outros países exportadores, principalmente considerando que temos mais de 8 mil quilômetros de costa. Apesar de campeões globais na exportação de soja e de minério de ferro, nossa participação geral é de ordem de 1% no comércio internacional. Menos que as pequeninas Suíça (1,30%) e Tailândia (1,24%).

Como temos poucos navios, não estamos desenvolvendo tecnologia para navegação e tampouco somos um dos mega-players comerciais, então qual é o papel do Brasil na negociação sobre clima na OMI?

Nossa diplomacia sempre foi muito ativa em questões ambientais e particularmente reconhecida no que se refere à mudança do clima. O acordo na OMI poderia ser mais uma oportunidade de afirmação da nossa liderança no campo ambiental global.

Há viabilidade técnica para o uso de etanol e metanol em motores diesel marítimos e o Brasil tem experiência para produzir combustíveis a base de etanol que possam ser usados na infraestrutura existente de tanques de armazenamento terrestre e naval

Mas até o momento o Brasil tem se colocado na retaguarda. A delegação do país na OMI tem estado sob influência da gigante da mineração **Vale**. Esta chegou a enviar cinco representantes à reunião do ano passado. Sob esta influência, o objetivo da delegação tem sido o de evitar qualquer aumento de custo às empresas aqui baseadas, sejam elas de frete ou contratantes.

Este pode ser um objetivo legítimo, mas não tem fundamento técnico. Estudo da UFRJ projetou ganhos à economia brasileira como um todo, principalmente com relação ao aumento de competitividade, emprego e renda nos principais setores exportadores, caso uma medida hipotética de mercado de carbono fosse adotada globalmente. Impactos marginais, como sobre as exportações de café, poderiam ser contornados com medidas compensatórias, se negociadas na OMI.

Pode-se dizer que a precaução existe porque não está claro como os fluxos comerciais vão mudar no futuro e qual será o impacto. Um novo estudo da UFRJ, produzido em parceria com o Instituto Clima e Sociedade, está verificando por meio da modelagem dinâmica dos fluxos de comércio global quais seriam os possíveis efeitos da descarbonização do transporte, o que, por sua vez, poderá fornecer uma base para algum tipo de mecanismo de compensação.

Enquanto novas evidências não ficam prontas, outro tipo de precaução precisa ser evocado: aquela relativa à mudança do clima, a qual consta inclusive da nossa política doméstica de mudança do clima, instituída em lei no ano de 2009.

Como há pouco a União Europeia ameaçou comercialmente o país que está fora do Acordo de Paris, e considerando o pleito brasileiro de integrar-se à OCDE, é preciso exercer máxima cautela e, também, máxima liderança ao tratar de assuntos que associam comércio e aquecimento global.

Para fazer bonito na OMI e para manter o reconhecimento internacional de liderança nas negociações do clima, o Brasil precisa ficar longe não só dos negacionistas como dos cínicos da mudança do clima, aqueles que querem deixar para as futuras gerações a resolução deste problema global.

É preciso resolver agora. Nosso país precisa alinhar seus objetivos internos com a política externa, principalmente aquela relativa ao Acordo de Paris. Uma forma objetiva de fazê-lo é assumir uma posição firme em prol da rápida descarbonização do setor de navegação com vistas a aumentar a demanda por combustíveis de baixas emissões. Isso daria ao Brasil chance de se apresentar como fornecedor de combustíveis verdes para o setor marítimo global.

Quão grande é essa oportunidade? O mercado de combustíveis marítimos é da ordem de US\$ 100 bilhões por ano. Captar mesmo que uma pequena parte

disso impulsionaria o setor, os termos de troca do Brasil, aumentaria os fluxos de divisas e, acima de tudo, criaria milhares de empregos em uma indústria nacional crítica.

O que mais ajudaria nesta estratégia seria estabelecer um quadro claro de regulamentos pró-combustíveis verdes e um cronograma para a descarbonização da indústria de navegação. Exatamente o que será negociado na OMI entre 9 e 13 de abril, em Londres.

Ana Toni é diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade, economista pela Universidade de Swansea, mestre em Política da Economia Mundial pela London School of Economics e doutora em Ciência Política pela UERJ.

Natallie Unterstell é administradora pública formada em Harvard e na Fundação Getulio Vargas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CVM rejeita oferta da State Grid e pede novo preço para Renováveis

A gigante chinesa State Grid encontrou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um obstáculo em seus ousados planos de crescimento no Brasil. A área técnica da entidade, que regula o mercado de capitais brasileiro, determinou que a oferta pública de aquisição (OPA) de ações da CPFL Renováveis seja reapresentada, o que pode fazer com que a chinesa precise desembolsar no mínimo R\$ 1 bilhão a mais na compra da elétrica.

A decisão da superintendência de registros da CVM não é definitiva, e a State Grid vai recorrer, com a alegação de que não é atribuição do órgão regulador escolher uma metodologia nem indicar preço para a OPA. Com isso, o colegiado da autarquia terá pela frente a missão de definir o caso, que ainda deve se arrastar por alguns meses.

"A decisão da área técnica foi surpreendente e casuística", disse uma pessoa próxima da State Grid. A chinesa deve apresentar o recurso nas próximas semanas, apontando aspectos que considera sem precedentes, tais como desconsiderar os estudos feitos e também a sinalização do preço da OPA.

A CPFL Energia é uma das maiores companhias integradas do Brasil, destaque pela qualidade do serviço prestado na área de distribuição de energia, e tem 51,6% das ações da CPFL Renováveis, que é especializada em projetos de fontes renováveis.

Quando a State Grid lançou a oferta por conta da aquisição do controle da CPFL Energia, em 1º de julho de 2016, fez também uma oferta pela alienação indireta da CPFL Renováveis, uma vez que esta é subsidiária da primeira. A chinesa ofereceu R\$ 12,20 por ação da empresa renovável, montante que os minoritários e a área técnica da CVM não consideraram consistente com o requisito de tratamento igualitário previsto na regulamentação aplicável ao caso.

Depois de realizar testes de consistência nas premissas utilizadas pela State Grid para justificar o preço proposto, a CVM chegou a cinco valores diferentes que poderiam ser aplicados aos papéis da Renováveis, sendo o menor deles de R\$ 16,69 por ação. Se a chinesa decidisse acatar a decisão da área técnica da autarquia sem recorrer e subisse o valor da oferta para esse patamar, precisaria desembolsar até R\$ 4,1 bilhões pelos 48,4% das ações que estão nas mãos de minoritários. Pelo preço de R\$ 12,20, o montante chega a R\$ 3 bilhões.

Os técnicos da CVM não determinaram que o preço de R\$ 16,69 seja necessariamente adotado, mas pedem uma nova justificativa de preço e apontam que a oferta só seria igualitária se o valor a ser pago for igual ou superior a esse.

Entre os critérios que a CVM usou para testar a consistência do preço ofertado estão médias de preço em bolsa em diferentes prazos, valor patrimonial e múltiplos de Ebitda. O menor deles, de R\$ 16,69, resultou da média de preços-alvo calculados por analistas de mercado. O critério que chegaria ao maior valor, de R\$ 20,48 por ação, utiliza o patrimônio líquido contábil das companhias no primeiro trimestre de 2016. Em todos os cenários, a avaliação da CVM considerou a proporção da Renováveis dentro da sua controladora.

"Usar projeção de analistas de mercado não faz sentido. Desde quando alguém compra o controle de uma companhia com base na projeção de analistas?", argumentou pessoa próxima da chinesa. Para ela, a CVM arbitrou que o mesmo ágio pago aos controladores da CPFL Energia fosse aplicado aos acionistas da CPFL Renováveis.

Embora um ágio equivalente possa parecer natural, uma jurisprudência da CVM diz que o tratamento poderia ser diferente se o contrato de compra e venda da controladora já explicitasse o preço embutido da subsidiária - o que existe no instrumento assinado por State Grid e Camargo Corrêa, que controlava a CPFL.

A área técnica da CVM agora questiona o peso que se deve dar a esse preço incluído no contrato.

A decisão do regulador de mercado se deu depois que um grupo de minoritários, que representam cerca de 30% do total das ações da Renováveis, questionou as condições da oferta. O grupo é composto por investidores de peso no mercado brasileiro e externo: Pátria, BTG Pactual, Fundo Arrow, DEG (banco de desenvolvimento da Alemanha), GMR Energia e IFC (braço do Banco Mundial).

O debate com o regulador faz um ano hoje. Em agosto, os técnicos da CVM já tinham sinalizado essa posição, ao pedirem a elaboração de laudos de avaliação da CPFL Energia e da Renováveis, a fim de realizar os testes de consistência da justificativa de preço.

A autarquia disse, na ocasião, que era necessário ajustar a justificativa de preços para contemplar, entre outras questões, as diferenças existentes entre as duas empresas comparadas. O preço de R\$ 12,20 teve como base o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) histórico das duas empresas. Mas a CVM entende que deveria entrar na conta a expectativa de crescimento do Ebitda das duas empresas.

Depois de idas e vindas no processo, a chinesa contratou o Banco Fator para realizar um laudo independente de avaliação das duas companhias. O objetivo era verificar se o preço proposto era compatível com a proporção da geração de caixa da Renováveis dentro da sua controladora.

As avaliações do Fator, que adotou como metodologia preferida a medida do fluxo de caixa descontado das empresas, corroboraram os preços oferecidos pela State Grid. Mas em vez de dirimir as dúvidas da CVM, o laudo provocou novos questionamentos.

A área técnica da autarquia sustenta que o laudo usa premissas "não consideradas razoáveis", e disse que, com base nele, não era possível realizar o teste de consistência do preço.

O regulador aponta, entre outras questões, que o laudo indica uma geração de fluxo de caixa muito maior na CPFL Energia do que na Renováveis a partir de 2025 - o que não encontraria respaldo no histórico do Ebitda das duas companhias nem nos orçamentos aprovados para o período de 2016 a 2020. O motivo é que o laudo não prevê a conquista de novos contratos para a Renováveis.

Em nota, o Fator se disse "surpreso" com a decisão da CVM, e apontou que a autarquia não questionou sua metodologia, mas sim as premissas. Segundo o banco, a metodologia utilizada na elaboração do laudo se baseou em dados do plano de negócios da companhia, que foi aprovado pelo seu conselho de

administração, e também em padrões de mercado "usualmente aplicados em operações recentes desta natureza." (**Colaboraram Vanessa Adachi, Fernando Torres e Graziella Valenti, de São Paulo, e Juliana Schincariol, do Rio**)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti, Juliana Schincariol, Fernando Torres e Vanessa Adachi
| De São Paulo e do Rio

Título: Caso CPFL pode definir novo limite de atuação para CVM

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no caso da State Grid com a CPFL Renováveis, vai definir mais do que o futuro da oferta lançada pela multinacional chinesa. A diretoria da autarquia vai estabelecer os limites da atuação da própria casa em situações sobre oferta de aquisição aos minoritários por alienação indireta de controle ou "tag along".

Após avaliar o pedido de registro de oferta da State Grid por um ano, com idas e vindas de argumentos, a área técnica da CVM não apenas ficou insatisfeita com as justificativas apresentadas para o preço proposto aos minoritários da CPFL Renováveis, como também indicou o que seria o piso mínimo razoável para a operação, em seu entendimento.

Advogados ouvidos pelo **Valor**, envolvidos ou não com a operação, mostraram-se surpresos com a indicação de preço feita pela área técnica. Alguns especialistas destacaram que a superintendência poderia ter recusado o registro, mas sem tentar apontar um valor e que essa atitude extrapolaria sua competência. A xerife do mercado disse que não comenta casos específicos.

A State Grid vai tentar alegar que não há precedentes na decisão da área técnica. Algo que, conforme o **Valor** apurou, a CVM está ciente - assim como a complexidade do tema.

A expectativa é que o colegiado da autarquia dê prioridade ao tema. A indefinição a respeito de uma oferta, por longo tempo, tem custo para os minoritários, que ficam presos a uma posição de mercado. E também ao ofertante, pois o valor precisa ser corrigido até a data do leilão em bolsa.

Apesar do ineditismo quanto à opção da área técnica por destacar um valor de piso, a situação não é nova, apenas pouco comum. São mais recorrentes as ofertas aos minoritários por troca direta de controle, em que o preço ao mercado não contém nenhuma ciência (80% ou 100% do valor por ação pago ao vendedor, conforme o nível de governança da empresa).

Mas também já houve alienações indiretas. Nesses casos, sempre há largo espaço para subjetividade, pois a empresa que comprou o controle tem de apresentar à CVM o preço com uma "demonstração justificada da forma de cálculo".

A falta de riqueza e diversidade de jurisprudência e o espaço para subjetividade resultam em discussões. Foram poucas, mas grandes e ruidosas as transações que dispararam oferta indiretas: grupo Ipiranga, Arcelor Brasil e Ambev, para falar dos mais conhecidos. Cada qual foi "inérita" em algum ponto, mas em todas houve discussão na CVM sobre métodos e sobre os limites do regulador.

Essa não será, inclusive, a primeira vez a autarquia interfere em metodologias ou aponta problemas em laudos.

Em cada uma das vezes em que enfrentou o debate, o colegiado tentou construir um precedente. O ponto crítico deste caso da CPFL Renováveis é a opção da área técnica por manifestar um parâmetro de preço. "A CVM pode mudar seu entendimento e escolher critérios, mas seria melhor fazer isso por meio de um parecer para dar mais segurança ao mercado", disse uma especialista.

Em 2007, Marcelo Trindade, então presidente da autarquia, fez um voto que pretendia criar "balizas para a atuação da CVM em casos futuros". Na época, ele sugeriu que se no ato da compra fosse estabelecido um valor a cada um dos ativos, ele deveria ser aceito como referência para a oferta.

Pouco tempo depois, o então diretor da casa, Marcos Pinto, registrou em voto que não se deve "conferir importância nem credibilidade excessivas" a esse preço incluído em contrato. "Em muitos casos, não são objeto de uma real negociação", segundo ele.

A escassez de casos sobre oferta de compra de ações por troca indireta de controle é tanta que, na disputa, State Grid e os minoritários da CPFL Renováveis usam, mais de uma vez, o mesmo voto. No entanto, cada um escolhe o trecho mais adequado aos seus interesses.

O colegiado é quem vai decidir, com seu julgamento, quem fez a melhor seleção de argumentos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Rafael Bitencourt | Do Rio, de São Paulo e Brasília****Título: Eletrobrás e Petrobras aceleram negociações sobre a Amazonas**

A Petrobras, a Eletrobrás e os ministérios da Fazenda e **Minas e Energia (MME)** intensificaram as discussões para tentar chegar a um acordo para o equacionamento da dívida de R\$ 20 bilhões que a elétrica possui com a Petrobras, relativa ao fornecimento de combustível para geração de energia elétrica no Amazonas. A solução para o impasse é fundamental para a desverticalização da Amazonas Energia e a privatização da distribuidora, prevista para ocorrer em 30 de abril.

Ontem, um novo encontro foi realizado pelas partes, no fim do dia, na sede do MME, em Brasília. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr, esteve na cidade ontem, onde se reuniu pela manhã com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Mas não foi confirmado se o executivo participou da reunião no ministério.

Na terça-feira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, já havia se reunido com os diretores da Petrobras Ivan Monteiro (Financeiro e Relações com Investidores) e Jorge Celestino (Refino e Gás Natural), na sede da estatal, no Rio, para tratar da dívida do setor elétrico.

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, em documento enviado a Ferreira Jr, que a reportagem teve acesso à cópia, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, informou que "as condições até agora oferecidas pela empresa" não permitem à gestão da petroleira concordar com a cessão do contrato de fornecimento de gás natural da Amazonas Distribuidora de Energia para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia - operação essencial para a desverticalização da Amazonas Energia e privatização da distribuidora.

No documento, com data de 15 de fevereiro, o presidente da Petrobras, no entanto, ressaltou a "continuada disposição" de encontrar uma solução "mutuamente satisfatória que nos permita concordar com a referida cessão".

O **Valor** apurou que, desde a última semana, as partes têm realizado reuniões quase que diárias para discutir o assunto. Pelo lado da Petrobras, o problema é que a companhia não pode aceitar a cessão do contrato de fornecimento de gás natural para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia sem o equacionamento prévio para a dívida.

Em grandes números, a dívida da Eletrobrás com a Petrobras gira em torno de R\$ 20 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 10 bilhões são objeto de um contrato de confissão de dívida, em que a Eletrobrás está pagando as parcelas dentro do prazo previsto. Do restante em aberto, cerca de R\$ 7 bilhões devem ser negociados pela elétrica e R\$ 3 bilhões estão sendo discutidos em termos administrativos e judiciais, já que a Eletrobrás entende que esses custos devem ser cobertos pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo cobrado nas tarifas de energia.

Em encontro com jornalistas ocorrido no início do mês, no Rio, Parente afirmou que parte da pendência da Eletrobrás com a empresa já é reconhecida em contrato de confissão de dívida e vem sendo paga. Outra parte, no entanto, segue em aberto. "Só aceitaremos um acordo [com a Eletrobrás] que atenda os interesses da empresa [Petrobras]", disse o executivo, na ocasião.

Em reportagem publicada no início desta semana, o **Valor** informou que a Eletrobrás precisa concluir até o início de março a separação das atividades de distribuição e de geração e transmissão de energia da Amazonas Energia, para que seja cumprido o cronograma de privatização da distribuidora, cujo leilão está previsto para ocorrer em 30 de abril, na B3, em São Paulo.

Enquanto os presidentes da Eletrobrás e Petrobras continuam negociando a transferência do contrato de gás, a Amazonas Energia está tentando acelerar os trâmites necessários para a desverticalização. O **Valor** apurou que a empresa está deixando toda a documentação necessária pronta, assim como as aprovações exigidas a nível de governança. Dessa forma, assim que a Petrobras der o aval para a transferência do contrato, a estatal elétrica poderá prosseguir com a desverticalização.

Em relação às aprovações necessárias pelo lado da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Eletrobrás está confiante. Ontem, diretores da Amazonas Energia tiveram reunião com representantes do regulador, que disseram estarem empenhados em resolver todos os entraves normativos que ainda impedem a transferência dos ativos da Amazonas Distribuidora para a Amazonas GT. O objetivo, apurou o **Valor**, é que isso coincida com a transferência do contrato de gás da Petrobras. Segundo uma fonte, a Aneel deve aprovar tudo isso na sua próxima reunião ordinária, na terça-feira. "Ficaria pendente somente a anuência da Petrobras", disse a fonte.

Procuradas, Petrobras e Eletrobrás não quiseram se manifestar sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Ivan Ryngelblum | Do Rio e de São Paulo****Título: Produção de petróleo da estatal no país cai em janeiro**

A produção média de petróleo da Petrobras em campos nacionais em janeiro foi de 2,1 milhões de barris diários. O volume, 5,7% inferior em relação a igual período de 2017 e 1% menor em relação a dezembro, está em linha com a meta traçada pela empresa para 2018.

Sobre a queda da produção nacional em janeiro, na comparação com o mês anterior, a Petrobras atribuiu o recuo à manutenção da unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de óleo e gás (FPSO, na sigla em inglês) Capixaba, navio que opera no Parque das Baleias, na Bacia de Campos, e à cessão de 35% dos direitos do campo de Lapa para a Total, no pré-sal da Bacia de Santos.

Em encontro com jornalistas realizado no início deste mês, o diretor de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia da Petrobras, Hugo Repsold, disse que, para o primeiro semestre deste ano, apenas duas plataformas estão previstas para iniciar a operação: a P-74, no campo de Búzios, e a unidade de Tartaruga Verde e Mestiça, na Bacia de Campos.

De acordo com o plano de negócios e gestão 2018-2022 da Petrobras outros cinco sistemas de produção estão previstos para iniciar a operação este ano: P-67 (Lula Norte), P-68 (Berbigão), P-69 (Lula Extremo Sul), P-75 (Búzios 2) e P-76 (Búzios 3).

"O grande salto na produção acontece a partir de 2019, com o 'ramp-up' [aumento gradual] da produção das plataformas deste ano", disse o executivo, na ocasião.

Considerando petróleo e gás natural, a Petrobras informou ontem que a produção somou 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em janeiro, volume em linha com o registrado em dezembro. Desse total, 2,6 milhões de boe/d foram produzidos no Brasil e 97 mil boe/d no exterior.

Considerando também a parte de seus parceiros, a produção da Petrobras em janeiro alcançou 3,3 milhões de boe/d, sendo 3,2 milhões de boe/d no Brasil. No exterior, a produção média foi de 61 mil bpd, em linha com o resultado de dezembro.

A produção apenas de gás natural da companhia, excluído o volume liquefeito, subiu 1% em relação a dezembro, para 78,7 milhões de metros cúbicos diários. No exterior, a produção de gás recuou 7,4%, para 6,2 milhões de metros cúbicos diários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Eletrobrás toca máximas históricas de olho em avanço de privatização

As ações da Eletrobrás voltaram a concentrar as atenções dos investidores e chegaram a atingir picos históricos ontem, depois que o projeto de privatização da companhia passou a fazer parte da agenda prioritária do governo com a suspensão da votação da reforma da Previdência.

Em um dia bastante instável, os papéis preferenciais classe "B" (PNB) da empresa chegaram a tocar o recorde do dia, a R\$ 29,43. A ação ordinária (ON) também superou a marca histórica intradia ao avançar aos R\$ 24,84. No fechamento, o papel PNB valorizou 1,30%, a R\$ 27,35, enquanto o ON subiu 2,05%, a R\$ 23,35.

O tema da privatização é, em parte, responsável por dar ao Ibovespa fôlego adicional nos últimos dias para perseguir novos patamares. Um fator que evidencia o forte interesse do investidor por Eletrobrás é o giro financeiro intenso na bolsa.

Ontem, a ação PNB registrou um movimento financeiro de R\$ 279,3 milhões, quase oito vezes maior do que os R\$ 35,6 milhões negociados no pregão anterior. A ação ON, com a mesma dinâmica, apresentou giro de R\$ 299,2 milhões, treze vezes superior aos R\$ 21,5 milhões da sessão passada.

Ações da Eletrobrás ameaçaram uma correção das altas recentes na abertura do pregão de ontem, mas passaram a subir com força e ultrapassaram valorizações de 8% logo depois que o relator do projeto de lei da privatização, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), afirmou que prevê aprovação do relatório até a primeira quinzena de abril.

Mais perto do fim dos negócios ontem, porém, os dois ativos começaram a reagir às especulações de que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), teria dito que o governo não teria votos para aprovar a desestatização da companhia.

Como são altamente reativas ao tema, as ações da estatal chegaram a zerar a alta, mas logo depois recuperaram parte da força vista anteriormente, quando os dois parlamentares negaram a informação.

MME / ASCOM .